



**O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO E A METRÓPOLE:
APONTAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE BRASILEIRA.**

THE METROPOLIZATION PROCESS AND THE METROPOLIS: NOTES FOR
THE UNDERSTANDING OF THE BRAZILIAN REALITY.

José Maria Marques De Melo Filho
Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós Graduação em Geografia
josemarquesprofgeo@gmail.com

RESUMO

O processo de metropolização do espaço transcende os limites territoriais impostos, isto é, engloba dinâmicas e processos cuja atuação e influência se estendem para além da metrópole, produzindo estilos de vida metropolitanos. Em razão dessa evidência, vários teóricos que analisam o processo começaram a indagar sobre a efetividade do conceito de metrópole e a capacidade de qualificar os novos tipos de morfologias resultantes da complexidade das dinâmicas urbanas e dos processos estabelecidos pelas novas lógicas do capital. Desse modo, vários outros conceitos foram criados, com a finalidade de explicar essas novas realidades. Contudo, esses conceitos foram cunhados em um determinado momento histórico, sendo utilizados para explicar uma realidade específica. A partir desse entendimento, definiu-se como objetivo deste artigo discutir a metropolização e a metrópole, com destaque para as particularidades, contradições e desafios no entendimento desses processos para a realidade brasileira. Para alcançá-lo foi utilizado como recurso metodológico análise bibliográfica, cujo alicerce de fundamentação apoiou-se, em: Lencioni (2017); Moura (2016); Ascher (1995); Castells (2000); Scott et al. (2001); dentre outros. Os resultados apontam para a importância dos conceitos formulados, no entanto, a aplicabilidade dos mesmos para explicar a realidade brasileira apresenta distanciamentos e, ainda, evidencia as particularidades inerentes às metrópoles nacionais.

Palavras-chave: Metrôpoles Brasileiras; Dinâmicas Metropolitanas; Espaços Metropolitanos.

ABSTRACT

The metropolization process of the space transcends the territorial limits; it means that it encompasses dynamics and processes with performance and influence that go further than the metropolis, producing metropolitan lifestyles. Because of this evidence, several theorists that analyze this process began to inquire about the effectiveness of the metropolis concept and the potential to qualify the new types of morphologies, which were structured by the complexity of urban dynamics and the processes established by the new capital logic. Thus, several other concepts were created to explain these new realities. Nevertheless, these concepts were developed in a certain historical moment, being used to explain a specific reality. From this understanding, the aim of this article is to discuss metropolization and metropolis, emphasizing particularities, contradictions and challenges in the understanding of these processes regarding the Brazilian reality. To reach this aim, we used the bibliographic analysis as a methodological resource, which was based on: Lencioni (2017); Moura (2016); Ascher (1995); Castells (2000); Scott et al. (2001); among others. The results indicate the importance of the formulated concepts. Nevertheless, the applicability of these to explain the Brazilian reality shows distances and highlights peculiarities inherent to the national metropolis.

Keywords: Brazilian Metropolis; Metropolitan Dynamics; Metropolitan Spaces.

1- Introdução

A expansão urbana, ao longo dos anos, intensificou as dinâmicas empreendidas no interior de algumas cidades. Esse cenário foi motivado pelo do fluxo intenso de pessoas e pela estreita rede de relações e influências por elas exercidas, em territórios vizinhos ou não, pela concentração de grande contingente populacional, além da relevância econômica e social, bem como a prevalência do papel centralizador e forte articulação regional (LENCIONI, 2017)

Por outro lado, acirraram-se as desigualdades socioespaciais, no que diz respeito à forte concentração de renda, desigualdades nas condições de acesso aos bens e serviços (de saúde, educação, por exemplo), expansão dos conjuntos de moradia precários, resultantes do déficit habitacional, dentre outros aspectos (LENCIONI, 2017). Em virtude dessa realidade, o entendimento sobre as dinâmicas urbanas tornou-se extremamente complexo e de difícil definição e avaliação, suscitando múltiplas formas de abordá-lo. É nessa perspectiva que o debate sobre o processo de metropolização e a metrópole se insere.

As diversas abordagens buscam evidenciar os constantes dimensionamentos das dinâmicas urbanas e, conseqüentemente, o surgimento de suas novas lógicas, a fim de buscar entender o processo de metropolização e o estabelecimento de sua conformação no espaço urbano, levando em consideração suas formas e conteúdos. Desse modo, são muitos os conceitos atribuídos, tais como: Megalópole (GOTTMAN, 1970); Metápole (ASCHER, 1995); Cidade Global (SASSEN, 1998); Cidade-região global (SCOTT *et.al*, 2001); Pós-Metrópole (SOJA, 2002), dentre outros, que são discutidos por uma ampla gama de teóricos interessados em compreender o fenômeno metropolitano.

As várias interpretações conceituais constituídas e difundidas sobre o que se constitui como metrópole vão desde uma visão que enfatiza sua constante dimensão de transformação do espaço, até aquelas que evidenciam que o termo já não consegue mais explicar a realidade em curso. Contudo, as discussões realizadas contribuem na formulação de aporte teórico relevante, para que, a partir dos mesmos, possa ser entendido o processo, suas similaridades e singularidades e, assim, fazer as devidas adequações para a compreensão da realidade do território nacional.

No Brasil, a intensa taxa de urbanização, registrada nos últimos 50 anos, impulsionou a concentração populacional e o crescimento urbano levando à conformação dos arranjos espaciais das metrópoles brasileiras, salientando a prevalência de alta especialização das atividades no interior da metrópole. Em contrapartida, no entorno das cidades, persistem atividades tradicionais e intensa pobreza, características estas compartilhadas e semelhantes nas metrópoles latino-americanas (MOURA, 2016).

Embora as metrópoles brasileiras estejam submetidas à lógica global, possuem especificidades que lhes são próprias, devido a sua construção histórica e do local onde se localizam, no território (SANTOS, 1990). Por isso, a análise do metropolitano, no país, requer ponderamentos no uso dos conceitos da literatura internacional, para que não haja equívocos pelo distanciamento da realidade brasileira. A própria discussão sobre a questão metropolitana no território brasileiro apresenta formas diferentes de compreensão do assunto, seja pela escolha do referencial teórico e conceitual utilizado, ou o recorte espacial adotado.

Em virtude disso, a elaboração desse artigo pautou-se nos seguintes questionamentos: o que se entende por metropolização? Como os conceitos formulados buscam entender a metrópole? O que é singular ou similar entre eles? As definições criadas são capazes de explicar a realidade brasileira com propriedade? Quais as dificuldades? Qual a compreensão de metropolitano no país e quais são as suas particularidades? Apoiando nos questionamentos levantados, foi definido como objetivo deste artigo discutir a metropolização e a metrópole, com destaque para as particularidades, contradições e desafios no entendimento desses processos para a realidade brasileira.

O procedimento metodológico adotado neste estudo consistiu em pesquisa bibliográfica envolvendo o tratamento e análise das informações sobre a temática discutida, trabalhando com temas que dizem respeito ao processo de metropolização e, dentro dessa análise, observando os aspectos inerentes ao entendimento sobre as metrópoles e suas dinâmicas. Para isso recorre-se à alguns conceitos formulados para expressar a multiplicidade e singularidade, na forma de compreender o fenômeno metropolitano, além de informações a respeito desses aspectos em âmbito nacional. Os alicerces de fundamentação foram encontrados nos seguintes autores: Lencione (2017); DiMeó

(2008); Castells (2000); Ferreira (2016); Ascher (1995); Moura (2011); Santos (1990); dentre outros.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: uma parte introdutória, seguida da segunda seção, que enfatiza as questões referentes ao processo de metropolização. Na terceira seção são apresentados os conceitos formulados para a compreensão da metrópole, salientando suas dinâmicas e processos, similaridades e singularidades, além disso, descreve-se a compreensão da metrópole no âmbito do cenário nacional. Por fim, a conclusão do artigo onde estão sintetizados os resultados e as discussões dos mesmos.

2 - Desvendando o processo de metropolização do espaço

O processo de metropolização reporta-se a um novo estágio da urbanização, isto é, ainda carrega consigo suas características, além de incorporar e desenvolver outras. Esse processo não se restringe apenas à metrópole, ou mesmo às regiões metropolitanas instituídas, tomando, como exemplo, o caso brasileiro, mas também às pequenas e médias cidades e aos espaços rurais, que passam a apresentar características antes exclusivas das grandes metrópoles (LENCIONI, 2011; FERREIRA, 2016).

Segundo Castells (2000), a metropolização configura-se como a expressão espacial do crescimento urbano, em razão do dinamismo econômico, dos intensos fluxos migratórios possibilitado pelo incremento das redes de transportes e, ainda, pelo papel desempenhado pelo país, a partir da influência da lógica global. Subsidiando esse debate Lencioni (2011, p. 136), destaca que:

O processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infraestruturas (LENCIONE, 2011, p 136).

Esse processo, portanto, amplia e diversifica os espaços urbanos, além de organizar e direcionar os diversos fluxos sob seu comando. Por isso DiMeó (2008, p. 05) destaca que a metropolização é capaz de “[...] canalizar os principais fluxos de poder, de informações, de conhecimento científico, de capitais e de bens financeiros de nossa terra”. Como descrito, o conceito transcende a ideia simplificada de que o processo de metropolização incide, apenas, em grandes aglomerações urbanas.

De acordo com, Ascher (1995), as dinâmicas promovidas por este processo resvalam-se da influência, tanto no funcionamento interno das grandes aglomerações, como das médias e pequenas cidades, atuando no próprio modo de vida dos cidadãos. Ratificando essa afirmação, Lencioni (2011) expressa que as pessoas passam a assimilar hábitos culturais e representações de valores característicos dos espaços metropolitanos em virtude de conformarem centros catalizadores de fluxos de capital, orientados por uma rede de influência que se estende para além do seu entorno imediato. Ferreira (2016, p. 444 - 445) também enfatiza esse aspecto da metropolização:

Os hábitos culturais e os valores urbanos típicos da metrópole se difundem para além dela, chegando a todo o espaço, territorializado na mercadificação generalizada [...]. Assim, o processo de metropolização do espaço chega a áreas cada vez mais distantes, difundindo a cultura urbana, os valores urbanos, as normas e práticas sociais dominantes da metrópole (FERREIRA, 2016, p 444-445).

Desse modo, o processo de metropolização constitui uma ampliação globalizada das dinâmicas urbanas favorecido pela reestruturação do capital que busca espaços para sua (re) produção e, nessa lógica, congrega uma intensa rede de fluxos, cuja expressão no território ultrapassa os limites estabelecidos, por exemplo, por uma determinada divisão político-administrativa, influenciando diretamente a vida dos cidadãos.

Com a metropolização também se acentuam, cada vez mais, as desigualdades socioespaciais, pois as ações articuladas para a reprodução do capital geram segregação e apropriação desigual do capital do espaço urbano (FERREIRA, 2016). Conforme, DiMeó (2008, p. 09) este processo “[...] constitui efetivamente um instrumento da produção das injustiças sociais e espaciais”. Essa segregação é ilustrada, por exemplo, pela forte concentração de renda, pelas ações de revitalização e renovação urbanas marcadas pelo processo de gentrificação e estabelecimento das privatópolis e precariópolis (HIDALGO; ARENAS; SANTANA, 2016).

O processo de metropolização tem sua conformação no espaço por meio da constituição da metrópole, pois como afirma Castells (2000), a compreensão da dimensão metropolitana congrega a difusão das atividades econômicas, das funções urbanas e dos grupos de pessoas pelo espaço, independentemente, de sua localização geográfica. Nesse contexto, a metrópole concretiza “a criação da civilização dos indivíduos, em um movimento permanente, sem fronteiras precisas” (MOURA, 2016, p. 38).

As metrópoles traduzem o dinamismo do mundo contemporâneo, com suas múltiplas funções, e são consideradas as aglomerações urbanas mais importantes de determinado território, em razão das relações econômicas por elas estabelecidas com outros espaços de igual importância (ASCHER, 1995). Nesse sentido, as metrópoles extrapolam o sentido de simples arranjos concentradores das dinâmicas urbanas, pois estabelecem novas formas de produção e de modos de vida (MOURA, 2016).

Lencioni (2017, p. 46), sintetiza que o processo de metropolização “[...] imprime características metropolitanas ao espaço, transformando as estruturas preexistentes independentemente desses espaços serem ou não metrópoles”. Desse modo, percebe-se que tanto o processo em si mesmo, bem como a sua expressão no espaço, está imbricado e seus efeitos são sentidos para além de qualquer limite territorial imposto.

Em função do dinamismo e complexidade dos processos que englobam a metropolização do espaço, foram formuladas múltiplas formas de conceber a análise da metrópole. Essas discussões buscam resignificar o conceito há muito tempo consagrado, a fim de contemplar as diversas formas de expressão do fenômeno metropolitano, em diferentes lugares do mundo e, com isso, evidenciar suas principais características, resguardando suas devidas proporções ao apresentar aspectos similares que permitam correlacioná-los.

As formulações desenvolvidas apresentam novos olhares para o conceito difundido até então, que preconizava o tradicionalismo da cidade monocentral, com sua influência circunscrita dentro de seus limites territoriais, com análise das dinâmicas urbanas em escalas menores. Ressalta-se que o estudo sobre a metrópole não constitui uma temática de análise recente, entretanto, em razão de sua dinamicidade e complexidade, os diversos teóricos buscam formular conceitos capazes de explicar as formas, os conteúdos, as relações, seu grau de influência, entre outros aspectos, para promover sua compreensão.

De acordo com Moura (2009) os conceitos formulados evidenciam esforços no sentido de compreender as diferentes lógicas impostas pelo processo de metropolização, suas diferentes morfologias, seus aspectos diversos e específicos, ressaltando as peculiaridades dos locais onde se encontram e o momento histórico que vivenciam.

3 - As múltiplas formas de compreensão do fenômeno metropolitano: o singular e o similar

Para o entendimento do processo de metropolização, é importante levar em consideração a dinamicidade dos processos que o compõe e, ainda, as características inerentes às suas dinâmicas, que são estabelecidas em razão do tempo e do espaço em que foram constituídas. Assim, a metrópole torna-se a expressão do processo de metropolização e, por sua vez, a definição do seu conceito busca englobar os aspectos que incidem sobre o seu espaço.

Segundo Lencioni (2017) o conceito de metrópole é polissêmico pois apresenta diversos significados, a partir da visão de diversos autores. Esse caráter polissêmico do conceito de metrópole é reflexo da própria construção histórica, visto que, para cada momento histórico, as dinâmicas urbanas obtiveram um desenvolvimento diferenciado e buscavam responder a determinadas preocupações pertinentes aquele dado momento, bem como os seus reflexos sobre a sociedade.

Pode-se afirmar, então, que o conceito de metrópole sofreu modificações ao longo do tempo, desde a consideração do termo como sinônimo, apenas, de grandes aglomerações, até chegar às interpretações contemporâneas que buscam definir sua complexidade, levando em consideração sua diversidade de aspectos. Entretanto, Lencioni (2017, p. 201) salienta que as várias concepções sobre o conceito possuem pontos convergentes, a saber:

Um desses é a ideia de que a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação a sua extensão territorial. O segundo ponto é que a metrópole possui uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; o terceiro é que ela se constitui num lócus privilegiado de inovação; o quarto é que se constitui num ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e o quinto é que a metrópole se constitui num nó significativo de redes, quer sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades (LENCIONI, 2017, p. 201).

Os pontos salientados pela autora não esgotam as possibilidades de serem encontrados fatores comuns nas várias denominações criadas. Nesse sentido, diversos autores buscaram explicar o fenômeno metropolitano a partir de uma determinada ótica de abordagem, salientando um ou vários aspectos relevantes da época de sua construção, que davam sentido ao processo explicado. Isso não significa dizer que as diversas

formulações não possam ser utilizadas na contemporaneidade, pelo contrário, tais pressupostos auxiliam na compressão da realidade atual, a qual é fruto de um encadeamento de fatos anteriores.

As interpretações realizadas partiam do seguinte entendimento: a noção de metrópole não conseguia mais qualificar, de forma efetiva, os novos espaços, os quais necessitavam abranger outras dimensões de análise, pois novas realidades começaram a compor o fenômeno metropolitano. Conforme Ascher (1995, p. 34) “A complexidade desses novos espaços urbanos torna então difícil tanto sua definição geográfica e estatística como a sua representação”.

A difícil busca pela definição desses novos espaços levou à formulação de múltiplas formas de interpretar a metrópole. As discussões tomadas como exemplo, neste artigo, irão contemplar os seguintes conceitos: Megalópole (GOTTMAN, 1970); Metápole (ASCHER, 1995); Cidade-região global (SCOTT et.al, 2001); Pós-Metrópole (SOJA, 2002); Megarregião (SASSEN, 2007). Para auxiliar na análise desses conceitos foi construído o Quadro 1, onde é estabelecida uma síntese destacando as singularidades e similaridades dos conceitos discutidos. Ressalta-se que os aspetos dispostos na coluna das similaridades são atribuídos aos diferentes conceitos, uma vez que são características capazes de correlacioná-los.

Quadro 1 – O similar e o singular nas interpretações sobre a metrópole

| CONCEITOS FORMULADOS | | |
|--------------------------------------|---|--|
| | SINGULARIDADES | SIMILARIDADES |
| Megalópole (Gottmann, 1970) | Gottmann analisou a porção nordeste estadunidense, que vivenciava os auspícios do pós-guerra, a definição de megalópole pressupõe o estabelecimento da conurbação das cidades, bem como o seu aumento populacional. Conforme o entendimento do autor, a formação da megalópole estava condicionada à realidade de países desenvolvidos. | <p>O conceito de região permeia, seja de forma direta ou indireta, as interpretações propostas pelos autores.</p> <p>O entendimento de que o fenômeno metropolitano, não está restrito a limites territoriais pré-estabelecidos.</p> <p>A preponderância da lógica global do capitalismo, em busca de espaços para sua (re) produção.</p> <p>A importância da expansão da rede de transportes e as novas possibilidades trazidas pelos incrementos e inovações dos meios de comunicação.</p> <p>São interpretações que refletem as condições históricas e as dinâmicas intrínsecas de sua época de formulação.</p> <p>A importância do estabelecimento das redes de relações que abrange desde o local até o global e, nesse caso, determinam as dinâmicas urbanas.</p> <p>São espaços que representam modos de vida e de produção.</p> <p>Em todas as noções apresentadas as desigualdades socioespaciais são acentuadas.</p> |
| Metápoles (Ascher, 1995) | As metápoles são constituídas a partir de metrópoles já existentes, seus espaços são heterogêneos e multifacetados e não se constituem por contiguidade. É uma fase avançada do processo de urbanização. De acordo com a noção do autor a evolução do contexto histórico proporcionou as condições necessárias para a conformação das metápoles. | |
| Cidade – região Global (Scott, 2001) | A noção de cidade-região global incorpora o dinamismo econômico, político, social e cultural provenientes do processo de globalização. Há forte destaque para a atuação das inovações tecnológicas, como propulsoras de novas dinâmicas urbanas no espaço metropolitano, além de serem definidas como espaços de forte poder de decisão na economia global. Insere-se também uma valorização da dimensão política em sua análise. | |
| Pós – Metrópole (Soja, 2002) | O termo pós-metrópole cunhado por Soja (2002), baseia-se nas crises de reestruturação do capitalismo que provocaram mudanças na forma e no conteúdo das metrópoles, e no padrão de comportamento da sociedade. Essa análise, ainda, permeia o sentido de Exópole, o que não é mais cidade. | |
| Megarregião (Sassen, 2007) | As vantagens específicas da noção de megarregião estão relacionadas à coexistência em um espaço regional de múltiplos tipos de economias, que possuem maior expressão nas grandes aglomerações, porém sua distribuição ocorre em diferentes espaços e distintas escalas que se fundem em diversos contextos geográficos. A megarregião incorpora também a discussão das redes transfronteiriças. | |

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em: ASCHER (1995); SCOTT. et al (2001); SASSEN (2007); LINK (2008); SOJA (2013); LENCIONI (2017); MOURA (2016).

No Quadro 1, está demonstrado, didaticamente, como as interpretações dos autores foram formuladas e difundidas, ou seja, é apresentado um panorama geral sobre os conceitos escolhidos para essa discussão. É importante salientar que existem outras formas de interpretação, contudo, estas foram escolhidas pelo nível de aprofundamento das interpretações dos autores e, ainda, pelo entendimento de que as análises das discussões realizadas possuem pressupostos interessantes para uma correlação com a realidade nacional.

Desse modo, a análise sobre o conceito de megalópole, cunhado por Gottmann (1970), é ressaltado. Porém, conforme Lencioni (2017), o termo já havia sido empregado por Gueddes (1960); Spleger (1966) e Mumford (1945), contudo, as colocações de Gottmann (1970) diferem das noções tratadas por esses autores, pois o autor entendia que a megalópole era um “[...] estágio superior de desenvolvimento metropolitano” (LENCIONI, 2017. p. 163). Outro ponto de distinção entre Gottmann (1970) e seus antecessores reside na compreensão de região urbana assumida pelo autor na formulação do termo megalópole.

A construção empírica do termo megalópole foi feita a partir da realidade do nordeste dos Estados Unidos que, na época de formulação do conceito, passava por intensas transformações, principalmente, nessa porção do território estadunidense, em razão do intenso dinamismo industrial e comercial, com abrangência global, com enorme crescimento urbano, onde já não havia mais distinção entre o espaço urbano e rural (LINK, 2008).

Segundo, Moura (2011), a megalópole concebida por Gottmann (1970), pautou-se no crescimento urbano contínuo, cuja consequência resultava na conurbação das cidades, possibilitada pela concentração das atividades urbanas e aumento populacional em virtude do incremento das redes de transportes e comunicações. A relevância do crescimento populacional na noção de megalópole constitui-se como um elemento definidor. Segundo o referido autor, a noção de megalópole constituía uma característica exclusiva de países desenvolvidos.

Deve-se levar em consideração, também, que o contexto do pós-guerra está intimamente ligado à formulação do termo megalópole pois, durante esse período, o território norte-americano passou por algumas transformações que instauraram inúmeras mudanças,

provocando intenso êxodo rural, expansão industrial, maior oferta de bens e serviços, aperfeiçoamento das rodovias, inovação dos meios de comunicação, dentre outros (LINK, 2008). Confirma-se, portanto, que a concepção de megalópole proposta por Gottmann (1970), possui relação intrínseca com o momento histórico vivenciado pelo autor.

A interpretação de megalópole, ao ser aplicada para explicar as dinâmicas da contemporaneidade, apresenta distanciamentos consideráveis, pois o papel do crescimento urbano das cidades e aumento do contingente populacional, embora não tenha perdido a relevância, constitui uma pequena parcela dos fatores que promovem o dinamismo nos espaços metropolitanos. De acordo com, Moura (2016), as redes de relações, bem como as funções de gestão e comando estabelecidas, passaram a adquirir igual ou maior importância na conformação dos espaços metropolitanos.

O cenário constituído a partir da instalação dessas redes de relações em escala global ofereceu os subsídios necessários para a insurgência de novas interpretações sobre o fenômeno metropolitano, destacando os conceitos de cidade-região global e megaregião, formulados respectivamente por Scott et al (2001) e Sassen (2002).

O conceito de cidade-região global associa-se, tanto a ideia de cidade global, quanto de cidade mundial. Os autores propõem essa nova forma de interpretação, levando em consideração aspectos relacionados à economia, política e território (SCOTT et al, 2001; MOURA, 2016). As cidades-regiões globais possuem forte concentração industrial, sobretudo do ramo de tecnologia e inovação, e acabam possuindo forte poder de decisão no mercado mundial desse setor. Como assevera, Scott et al (2001, p. 11), as cidades-regiões globais funcionam “[...] como verdadeiros nós espaciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial”.

Na concepção dos autores, o conceito pode ser utilizado para exemplificar, desde as grandes aglomerações urbanas, até as pequenas e médias cidades, pois evidenciam o surgimento de um novo regionalismo em um contexto global, resultado das transformações advindas do processo de globalização, que são capazes de orientar uma nova organização social e política do espaço. Conforme destaca Scott et al. (2001, p.12):

Hoje, a globalização trouxe transformações significativas na antiga ordem das coisas. Existem, atualmente, muitas experiências institucionais que apontam na direção de uma nova organização social e política do espaço. Essa nova organização consiste sobretudo na hierarquia de escalas territoriais interpenetradas de atividade econômica e de relações de governança, variando do global até o local e na qual o sistema emergente de cidades-regiões globais se destaca (SCOTT et. al. 2001, p.12).

As cidades-regiões globais, em suma, conforme a preposição dos autores, abrangem uma significativa diversidade de configurações, que engloba áreas metropolitanas, províncias, municipalidades, entre outros. Além disso, consolidam intensas redes estruturantes da economia global. Esses aspectos diferem da noção empreendida pelos autores dos esforços pioneiros realizados na elaboração de cidade global e mundial (SCOTT et al. 2001; MOURA, 2011).

A importância das redes de estruturação da economia global, também, configura um aspecto relevante na compreensão feita por Saskia Sassen (2007) do conceito de megarregião. Para essa autora, as novas formações espaciais da metrópole, pelo mundo, são decorrentes da elevação das escalas de crescimento urbano. Essa análise propõe-se a valorizar outros aspectos já amplamente discutidos: aumento populacional, conurbação, mudanças da paisagem urbana, etc. Por isso, Sassen (2007, p. 11), define como megarregião, o seguinte:

En su aspecto más elemental, la mega-región resulta del crecimiento de la población en un contexto geográfico donde ciudades y áreas metropolitanas se mezclan entre sí. Y esto, en efecto, conduce a infraestructuras interregionales, notablemente transporte y electricidad, y varias formas de planificación y coordinación regional, como puede ser observado hoy.

A megarregião traz, em seu interior, um espaço que seja suficientemente grande, capaz de comportar uma diversidade de atividades econômicas, em distintos contextos geográficos. Assim, a noção de megarregião, contempla, tanto as economias de alta complexidade de serviços avançados, quanto as economias modestas, como, por exemplo, as manufaturas regionais de mão-de-obra com baixos salários, conforme enfatizado por Sassen (2007, p. 16):

Una mega-región es una escala que puede beneficiarse del hecho de que nuestras complejas economías contienen diversos tipos de economías de aglomeración y contextos geográficos, desde los más altos (por ejemplo, los servicios especializados corporativos avanzados) a los más modestos (por ejemplo, parques de oficinas suburbanos y manufacturas intensivas en trabajo y de bajos salarios) (SASSEN, 2007, p.16).

Nesse sentido, uma megarregião incorpora uma diversidade de complexas economias, em uma mega zona econômica e, por meio desta, estabelece conexões entre cidades e áreas globais e locais (MOURA, 2016). Essa noção de conexão estende-se, também, para os circuitos altamente especializados, inerentes da economia global, que estabelecem redes fronteiriças, isto é, redes compostas por grupos de diferentes países e cidades.

Ao analisarmos, tanto o conceito de cidade-região global, quanto o de megarregião, resguardadas as devidas proporções, estes se aproximam da noção definida por Gottmann (1970) de megalópole, pelo menos no diz respeito à forma, uma vez que o termo metrópole não consegue mais qualificar os novos tipos de espaços e suas complexas dinâmicas urbanas. Ascher (1995, p. 33-34), ao defender a noção de metápoles, parte do pressuposto de que existe a necessidade de uma nova interpretação sobre a metrópole, que seja capaz de melhor caracterizá-la.

Os espaços engendrados pelas dinâmicas urbanas contemporâneas não são simplesmente aglomerações ou áreas metropolitanas, conurbações, regiões urbanas, bacias de habitação, bacias de emprego, bacias de ocupação, distritos, cidades-regiões, até mesmo megalópoles ou cidades “globais”. Pois, de uma certa maneira, as metrópoles não são somente territórios, elas são também modos de vida e modos de produção. A complexidade desses novos espaços urbanos torna então difícil tanto sua definição geográfica e estatística⁶⁸ como a sua representação (ASCHER, 1995, p. 33-34).

As metápoles se formam a partir de outras metrópoles, são extremamente heterogêneas e os espaços urbanos que as constituem não são, necessariamente, contíguos. Em relação ao aspecto populacional, o autor enfatiza que é composta de algumas centenas de milhares de habitantes, cujo crescimento pode ocorrer de forma linear, radiocêntrico ou em metástase, desenvolvendo-se de forma anárquica (ASCHER, 1995).

As estruturas das metápoles sofrem modificações a partir dos processos de expansão de novas áreas, do adensamento e da incorporação ou eliminação dos espaços no interior das cidades que as compõem. Conforme, Moura (2011, p. 10) “Uma metápole seria um

conjunto de espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano de uma metrópole”.

A perspectiva histórica lançada por Ascher (1995) exemplifica o processo que condicionou a formação das metápoles, qualificando-as como uma fase avançada do processo de urbanização e, segundo Moura (2011), as dinâmicas e processos evolutivos que caracterizam os espaços das metápoles decorrem da atuação de forças econômicas, sociais, políticas e culturais que se modificam com o passar do tempo.

Ascher (1995) aponta para o entendimento de que existe a emergência de um sistema urbano polarizado em torno de metrópoles, cujo funcionamento está condicionado ao estabelecimento de redes em escala global. Essa concepção rejeita a lógica de hierarquia das cidades e concebe, portanto, novas formas de interpretação sobre a metrópole, como aquelas já apresentadas. Integrando esse conjunto tem-se, também, o conceito proposto por Edward Soja, em 2002, a Pós-metrópole.

O contexto sob o qual foi elaborado o termo pós-metrópole teve como ponto de partida as observações realizadas pelo autor sobre as transformações urbanas da década de 1970, tendo como objeto de análise, principalmente, a cidade de Los Angeles, demonstrando a forma e o conteúdo da metrópole, bem como os reflexos dessas mudanças no modo de vida das pessoas. O conceito de pós-metrópole enfoca o processo de urbanização, influenciado pela globalização e pela reestruturação do capital na economia (MOURA, 2011); (SOJA, 2013).

De acordo com Soja (2013), a pós-metrópole apresenta uma diversidade de processos contraditórios, tais como: centralização x descentralização; dispersão x aglomeração; homogeneidade x heterogeneidade; dentre outros. Essas contrariedades podem ser explicadas, em razão da lógica global imposta pela reestruturação do capital que “[...] cria conjuntos de paradoxos, pois implica em se estender para fora, do urbano para o global, e em se estender para dentro, do global para o local-urbano” (MOURA, 2011, p. 10). Dessa forma, conclui-se, que a pós-metrópole incorpora um conjunto de relações que se modificam no tempo e no espaço, assumindo a conformação de áreas descontínuas carregadas de profundas contradições.

Em síntese, as interpretações formuladas sobre a concepção de metrópole, pelos autores escolhidos, não esgotam as possibilidades de reinterpretação do assunto e, com isso,

oferecem outros caminhos de análise para explicar as múltiplas e complexas dinâmicas das metrópoles. Salienta-se, também, que as similaridades entre os conceitos revelam a permanência e/ou a renovação de alguns processos ao longo da história. Desse modo, as referências conceituais auxiliam na compreensão do fenômeno metropolitano, e possibilitam correlacionar seus aspectos às diferentes realidades, fazendo as devidas ressalvas.

4 - O fenômeno metropolitano no Brasil: realidades, particularidades e os desafios de sua análise

As noções defendidas pelos autores sobre o conteúdo da metrópole, quando feitas as relações com a realidade brasileira, são evidenciadas no quadro geral das metrópoles nacionais, com raras exceções, como é o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro. Há, ainda, distanciamentos entre as lógicas estabelecidas e as pertinentes aos espaços metropolitanos do país, tendo em vista que esses espaços carregam nítidas particularidades, inclusive entre aqueles pertencentes ao próprio território brasileiro.

Como alerta Moura (2016, p. 45), deve-se ter cautela no uso das denominações cunhadas sob o viés de outro contexto histórico, como aqueles formulados pelos autores aqui discutidos “Há que se ter claro que os conceitos internacionais, embora muitas vezes, descrevendo processos e lógicas semelhantes, resultam de motivações históricas distintas e da presença de infraestruturas quase sempre inexistentes no caso brasileiro”.

A noção de megarregião, cidade-região global, onde a atividade industrial configura-se como um fio condutor dos processos dinâmicos ocorridos no espaço metropolitano, com forte prevalência das relações econômicas em rede. Pode-se afirmar que, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, as demais metrópoles, não constituem espaços tão globais e, também, não possuem como característica principal as conexões em redes enfatizadas pelas interpretações das morfologias especificadas (MOURA, 2016).

Da mesma maneira, as concepções de megalópole, pós-metrópole, metápoles, e tantos outros conceitos, quando aplicados para explicar a conformação dos espaços metropolitanos do país, podem acarretar em observações pouco representativas da realidade brasileira, do ponto de vista das dinâmicas e processos que os caracterizam, das particularidades inerentes aos mesmos, que fazem sentido para aquela realidade (MOURA, 2011).

Moura (2011, p. 12) destaca a importância dos conceitos elaborados pois, a partir deles, podem ser encontradas as bases para a compreensão dos espaços metropolitanos brasileiros, buscando nossas próprias formas de interpretação.

Embora esses conceitos incorporem a natureza complexa e multidimensional das grandes metrópoles e avancem na percepção de que as dinâmicas urbanas contemporâneas engendram espaços que transcendem concepções restritas de cidade ou aglomeração, em direção a um fenômeno de caráter urbano-regional, reportam-se a um estágio ainda mais avançado da metropolização contemporânea, prenhe da presença da técnica que favorece as relações em fluxos materiais e imateriais. Objetos produzidos nesse estágio e densos em tecnologia estão presentes apenas em pontos privilegiados das metrópoles brasileiras e latino-americanas, e imersos em ambientes de visível desigualdade (MOURA, 2011, p. 12).

Nesse sentido, fazendo as devidas adequações, o exemplo mais concreto, que se assemelha às noções formuladas, é representado pela grande metrópole nacional São Paulo juntamente com a metrópole do Rio de Janeiro. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, nas análises realizadas por Lencioni (2017, p. 158), nas quais é destacada a constituição da megarregião entre essas metrópoles.

Aí se desenvolve a urbanização regional de maior expressão no Brasil e no hemisfério sul. Da região do entrono do Rio de Janeiro, ao longo da costa, indo em direção a Juiz de Fora, penetrando pelo Vale do Paraíba e chegando a Baixada Santista, a mancha urbana, quase que contínua, avança para o interior paulista indo além de Campinas e Sorocaba. Essa região integra-se entre si e em escala global, por meio das atividades econômicas, dos eixos de circulação viária e aérea e das redes de informação e comunicação (LENCIONI, 2017, p. 158).

Essa megarregião, também, pode ser entendida como uma megalópole, como demonstra Moura (2011, p. 12), “[...] quando pensado em uma perspectiva tendencial de composição de um macroeixo articulado espacialmente [...]”, entre as aglomerações de São Paulo e do Rio de Janeiro, fato esse expressado nas políticas urbanas da década de 1970.

Ressalta-se, que além dessas, duas metrópoles, ainda integram esse conjunto as seguintes metrópoles: Porto Alegre (RS); Belo Horizonte (MG); Fortaleza (CE); Brasília (DF); Salvador (BA); Curitiba (PR); Belém (PA); Recife (PE); Manaus (AM) e Goiânia (GO), totalizando 12 espaços metropolitanos na rede urbana do Brasil, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no estudo intitulado Região de Influência das Cidades (REGIC, 2007). Porém, as últimas citadas,

não apresentam características capazes de explicar com propriedade os conceitos de megalópole, cidade-região global, ou mesmo megarregião.

O processo de metropolização do espaço urbano brasileiro resultou na conformação das metrópoles elencadas. Esse processo foi pautado, sobretudo, na produção industrial e na consolidação desses espaços como precursores do desenvolvimento do país. Conforme ressalta Moura (2011, p. 03), na “[...] segunda metade do século XX, as metrópoles brasileiras estenderam-se por áreas de ocupação contínua, a agregar municípios vizinhos num mesmo complexo de relações”.

Dessa forma, extensas áreas foram urbanizadas, com forte especialização das atividades em seu núcleo e, por outro lado, uma intensa periferação das áreas mais afastadas, agravando cada vez mais as desigualdades socioespaciais (MOURA, 2011; LENCIONI, 2017). Outro fato marcante desse processo, tanto na escala nacional, como internacional, é a intensa especulação imobiliária que instala novas lógicas, que exerce controle sobre as dinâmicas urbanas (LENCIONI, 2017).

Todo esse retrospecto da história da metropolização do espaço brasileiro alia-se às características diversas que compõe as metrópoles, tornando esses espaços únicos e com dinâmicas e processos que os diferem uns dos outros, dando-lhes um caráter particular. Assim, a análise do fenômeno metropolitano no Brasil é complexa e, ao mesmo tempo, essa complexidade torna seu estudo importante, desafiador e revelador de dinâmicas urbanas, muitas vezes, exclusivas desses espaços.

Para demonstrar o caráter diverso das metrópoles brasileiras, foi organizado o Quadro 2, cuja a finalidade é trazer, de forma sintética, aspectos marcantes e particulares dessas metrópoles. Para isso, recorreram-se as pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrópoles, que foram compiladas na obra “Metrópoles Brasileiras síntese da transformação da ordem urbana de 1980 a 2010”, onde os pesquisadores realizam um panorama geral o cenário metropolitano brasileiro.

As características demonstradas no quadro 2 não correspondem as 12 metrópoles, citadas pelo REGIC (2007), pois a partir das discussões realizadas sobre o processo de metropolização entende-se, que os espaços cujas dinâmicas expressam um maior caráter metropolitano, engloba aquelas metrópoles supracitadas. As singularidades desses espaços despertam novas interpretações sobre a forma e o conteúdo da metrópole, isso

não significa que em Goiânia e Manaus inexista características metropolitanas, porém o cerne da discussão torna-se mais representativo nos espaços metropolitanos elencados no quadro.

Quadro 2 – As metrópoles brasileiras e suas particularidades ⁽¹⁾

| METRÓPOLES BRASILEIRAS | PRINCIPAIS PARTICULARIDADES |
|---|--|
| São Paulo (SP) ² | Forte concentração industrial. Concentra as condições de produção. Forte especulação imobiliária. Estabelece uma rede de influências e relacionamentos sobre uma ampla parte do território nacional. Grande Metrópole Nacional |
| Rio de Janeiro (RJ) ² | Juntamente com São Paulo são dimensionadas as dinâmicas e as lógicas dos espaços metropolitanos no território nacional. Metrópole de profundos contrastes. |
| Brasília (DF) ² | Grande influência do setor terciário. Concentra basicamente os principais serviços de gestão pública do país. Configura como o centro de decisão do país. (esfera política). |
| Belém (PA) ² | Principal cidade da rede amazônica. Atividades econômicas ligadas à mineração. Espaço metropolitano altamente segregado. A floresta participa da dinâmica metropolitana. |
| Recife (PE) ² | É tida como uma metrópole “regional”, com forte inserção na região, marcada pelas profundas desigualdades e processo de periferização. |
| Fortaleza (CE) ² | Configura como a porta de entrada e saída do país para a Europa. Compreende uma rede de influência sobre outras cidades nordestinas. <i>Hub</i> de comunicação digital (Cabos de fibra ótica). Processo de metropolização turística. |
| Salvador (BA) ² | Característica marcante dessa metrópole a intensa segregação socioespacial. |
| Belo Horizonte (MG) ² | Uma metrópole desigual, com arranjos urbanos ainda carregados por intensa tradicionalidade. |
| Curitiba (PR) ² | Elemento fundamental de dinamismo da metrópole ainda é a indústria. Curitiba possui forte centralidade. |
| Porto Alegre (RS) ² | Metrópole com dinâmicas polarizadas, algo característico de seu espaço metropolitano. A metrópole capitania essas dinâmicas. Identificam-se centros urbanos de grande importância, Novo Hamburgo e Porto Alegre. |

Fonte: Organizado pelo autor.

Notas: As referências foram extraídas da seguinte publicação: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (editores). **Metrópoles Brasileiras síntese da transformação da orem urbana de 1980 a 2010**. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2018. 428 p. Sendo que, as informações estão contidas nos seguintes artigos da respectiva publicação: ⁽²⁾ Gaspar; Aparício; Pasternak; Bogus (2018); ⁽²⁾ Ribeiro (2018) ⁽²⁾ Ribeiro; Holanda; Tenório (2018) ⁽²⁾ Cardoso; Lima; Fernandes (2018); ⁽²⁾Bitoun; Miranda; Souza (2018); ⁽²⁾ Pequeno; Costa ⁽²⁾Carvalho; Pereira (2018) ⁽²⁾Mendonça; Andrade; Diniz ⁽²⁾Moura; Firkowski; ⁽²⁾Fedozzi; Soares (2018). ⁽¹⁾ Ressalta-se que o recorte espacial adotado pelos autores foi de região metropolitana, contudo entendemos que as reflexões feitas pelos mesmos estão alicerçadas dentro das discussões sobre o processo de metropolização realizadas neste artigo.

Outra questão importante refere-se ao fato de que no Brasil existe uma nítida diferença entre a noção conceitual estabelecida pelos teóricos que explicam o processo de metropolização e sua conformação no espaço a metrópole e a institucionalização, por exemplo, das regiões metropolitanas, essa última está ligada mais a questões de ordem político-administrativa, do que propriamente com a discussão sobre o processo de metropolização do espaço.

Diante desse panorama sobre as metrópoles brasileiras consta-se que existem muitos desafios na compreensão desses espaços dotados de extrema complexidade, com características dispares e únicas.

5 - CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, com as discussões realizadas neste artigo a pertinência dos conceitos elaborados para a compreensão do fenômeno metropolitano, salientando o cuidado que deve ser tomado em sua utilização, com a finalidade de explicar outras realidades, visto que foram elaborados em um determinado momento histórico, e expressam as particularidades e transformações ocorridas em lugares diferentes, com lógicas diversificadas.

Quando esses conceitos são usados para explicar a realidade brasileira de seus espaços metropolitanos, com as devidas ressalvas, somente São Paulo e Rio de Janeiro apresentam as dinâmicas e os processos em amplitude coerente com as interpretações de megaregião, megalópole, por exemplo. Caso fosse utilizado para interpretar as demais metrópoles nacionais poderia acarretar em fragilidade, reducionismo e até mesmo equívocos de compreensão.

Além disso, as metrópoles brasileiras guardam entre si inúmeras diferenças, desde aquela que possui dinâmicas urbanas que extrapolam a lógica nacional, como é o caso de São Paulo, e por outro lado, temos Belém cuja dinâmica metropolitana sofre intensa influência da floresta amazônica. Dessa maneira evidencia-se a complexidade das morfologias metropolitanas brasileiras e os desafios para conseguir compreendê-las.

REFERENCIAS

ASCHER, François **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris, Ed. Odile Jacob. 1995. 346p.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590 p.

DI MÉO, G. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins**. 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/5433>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FERREIRA, A. Caminhando em direção à metropolização do espaço. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 3, p. 441-450. 2016.

HIDALGO, R.; ARENAS, F.; SANTANA, D. ¿Utópolis o distópolis?: producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). **EURE**, Santiago de Chile, v.42, n.126, p.27-54. 2016.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. v. 120, p. 133-148, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/176/672>>. Acesso em: 22 jul.2018.

LINK, S. Megalopolis. **DSW Leads online**. 2008. Disponível em: <<http://www.dswleads.com/Ebsco/The%20Megalopolis.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais no Brasil: especificidades e reprodução de padrões. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 923. 2011. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-923.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

REGIC. **Região de Influência das cidades 2007**. IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (editores). **Metrópoles Brasileiras síntese da transformação da orem urbana de 1980 a 2010**. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2018. 428 p.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990. 130 p.

SASSEN, S. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. **EURE**, Santiago de Chile, v.33, n.100, p.9-34. 2007.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.41, p.11-25, 2001.

SOJA, E. Para além de postmetropolis. **Revista da UFMG**. Belo Horizonte. v.20, n.1, p.136-167. 2013.